

GRAN
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-Graduação em

Direito do

Consumidor





Sumário

| | |
|--|----|
| Por que estudar com o método GRAN de ensino? | 3 |
| Conheça nossa metodologia..... | 4 |
| Coordenação pedagógica | 5 |
| Direito do Consumidor | 6 |
| Destaques do curso..... | 6 |
| Público-alvo | 7 |
| Duração do curso | 7 |
| Matriz curricular | 8 |
| Conteúdo programático | 10 |
| FAQ do curso | 13 |
| Diferenciais tecnológicos | 14 |
| Ingresso | 15 |

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas com alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD
compostos por três
módulos, liberados
progressivamente a cada
60 dias.

Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,
com videoaulas, aulas
interativas ao vivo, slides e
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 6 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Prof. Roberta Queiroz
Coordenadora

Mestra em Direito pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Graduada em Direito pela Universidade Católica de Brasília em dezembro de 2005. Foi professora universitária do curso de Direito da Universidade Católica de Brasília. Docente nas disciplinas de Direito Civil e Direito Processual Civil desde 2007 para pós-graduação, preparatório de Exame de Ordem e concursos de carreiras jurídicas. Professora de cursos de aperfeiçoamento na advocacia em Direito Civil e Processo Civil na Escola Superior da Advocacia de Brasília – ESA/DF. Coordenadora do curso preparatório para o Exame de Ordem do Gran. Advogada e secretária-geral adjunta da OAB-DF (gestão 2022-2024).

DIREITO DO CONSUMIDOR



A especialização *lato sensu* é imprescindível para a compreensão da estrutura do direito do consumidor no atual cenário brasileiro, com raciocínio jurídico criativo e destinado à interpretação e aplicação do Direito, pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito, desenvolvendo capacidade para atuação eficiente no campo consumerista, aliado à globalização das relações jurídicas por meio do avanço tecnológico e aproximação virtual das pessoas, aperfeiçoando a possibilidade de proposição de soluções em consonância com as normas fundamentais constitucionais consumeristas.

DESTAQUES DO CURSO

Capacitar e aprofundar o conhecimento do egresso no manejo das normas técnico-consumeristas adequadas na busca da correta aplicação do Direito à espécie.

Capacitação para melhor e mais ampla interpretação, aplicação e busca da solução dos conflitos com base nos preceitos teóricos do direito.

Dotar o egresso de noções sobre as diversas, e principais, noções básicas para desenvolvimento do pensamento lógico de forma a acompanhar o atual cenário mundial consumerista.



PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito, exercentes ou não da advocacia, bem como qualquer interessado no aprimoramento das ciências relacionadas ao direito do consumidor.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito do Consumidor tem duração de seis (6) a 18 (dezoito) meses. É ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das EdTechs.

MATRIZ CURRICULAR

| | Unidade Curricular | Carga Horária |
|----|---|---------------|
| 01 | Tópicos Essenciais em Direito Constitucional | 50 h |
| 02 | Tópicos Essenciais em Direito Civil | 20 h |
| 03 | Direito Constitucional Econômico | 10 h |
| 04 | CDC no Ordenamento Jurídico e as Relações Consumeristas | 20 h |
| 05 | Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo e a Problemática do Dano Moral | 15 h |
| 06 | Ordem Pública, Tutela Específica Processual e Direito Concorrencial | 25 h |
| 07 | Direito Penal e o Consumidor | 20 h |
| 08 | Superendividamento | 15 h |
| 09 | Direito Internacional e Consumo | 15 h |
| 10 | Tópicos Gerais em Direito Processual Civil | 25 h |
| 11 | Abuso do Direito Consumerista e as Limitações de Publicidade e Marketing | 20 h |
| 12 | Tópicos Gerais em Ações Constitucionais Coletivas | 40 h |
| 13 | Banco de Dados e Cadastros de Consumidores, LGPD e Compliance Consumerista | 20 h |
| 14 | Arbitragem (Aspectos Processuais) | 15 h |
| 15 | Contratos de Plano de Saúde e a Proteção do Consumidor | 15 h |

| | | |
|--|---|----------------|
| 16 | Contratos de Transportes, Telefonia, Internet e TV a Cabo | 20 h |
| 17 | Consumidor e a Responsabilidade Civil dos Médicos e Odontólogos | 5 h |
| 18 | O Desvio Produtivo e o Consumidor | 15 h |
| TOTAL DAS DISCIPLINAS | | 365 h/a |
| Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL) | | 40 h/a |
| TOTAL DO CURSO | | 405 h/a |

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

| Conteúdo Programático do Curso | |
|--|---|
| Disciplina | Conteúdo |
| TÓPICOS ESSENCIAIS EM DIREITO CONSTITUCIONAL | Constituição Federal de 1988. Organização do Estado e organização dos poderes. Controle de constitucionalidade. Jurisdição constitucional. Jurisprudência do STF e do STJ. |
| TÓPICOS ESSENCIAIS EM DIREITO CIVIL | Principiologia. Institutos. Relação jurídica. Teoria geral do Direito. Pessoas. Bens. Ato. Fato. Negócio jurídico. Prescrição. Decadência. Provas. |
| DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO | Teorias da regulação e as competências regulatórias. Construção do estado regulador no Brasil. Agências reguladoras. Competências regulatórias e seus processos. Instrumentos regulatórios. Governança regulatória. Controle da regulação. Princípios constitucionais da ordem econômica. Bases constitucionais para a regulação e intervenção do estado no domínio econômico. Regime jurídico das atividades econômicas (atividades econômicas em sentido estrito e serviços públicos). Papel do direito no desenvolvimento de políticas públicas. |
| CDC NO ORDENAMENTO JURÍDICO E AS RELAÇÕES CONSUMERISTAS | A trajetória do direito do consumidor no ordenamento jurídico. Proteção do consumidor como direito fundamental. Os princípios consagrados no Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Elementos da relação jurídica de consumo. Responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor. A proteção contratual pelo Código de Defesa do Consumidor. A proteção quanto à oferta e à publicidade no Código de Defesa do Consumidor. O abuso de direito consumerista. Banco de dados e cadastro de consumidores. A desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor. |
| RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO E A PROBLEMÁTICA DO DANO MORAL | Responsabilidade civil e as relações de consumo. Indústria do dano moral ou desrespeito ao consumidor? Compensação preventiva ou punitiva? Dano moral ou mero contratempo. Os grandes litigantes e a jurisprudência dos Tribunais Superiores. Danos morais individuais e coletivos. |
| ORDEM PÚBLICA, TUTELA ESPECÍFICA PROCESSUAL E DIREITO CONCORRENCIAL | Tutela jurisdicional do consumidor. Tutela dos interesses do consumidor em juízo. Direitos individuais, individuais homogêneos, coletivos e difusos. Tutelas de urgência – cautelar e satisfativa. Tutela dos direitos evidentes. Caráter mandamental das tutelas jurisdicionais. Instrumentos processuais de efetivação do direito de proteção ao consumidor. |

| | |
|---|--|
| ORDEM PÚBLICA, TUTELA ESPECÍFICA PROCESSUAL E DIREITO CONCORRENCIAL | A defesa do fornecedor nos juizados especiais e na justiça comum. As vantagens da resolução alternativa de litígios. Discussão de casos concretos, recentes e polêmicos. Bases da defesa a concorrência no Brasil. Direito do consumidor: bases, princípios e normas relevantes. Responsabilidade civil quanto à qualidade de produto e serviços. Responsabilização por vícios e por defeitos. Acidentes de consumo. <i>Recalls</i> . Práticas comerciais. Propaganda. Práticas abusivas. Contratos. Interfaces entre sistemas: ações individuais e coletivas concorrenciais e consumeristas. Questões controvertidas em ações no plano concorrencial. Convergências e divergências: venda casada, onerosidade excessiva x preço excessivo, preço predatório, recusa no fornecimento, desconsideração da personalidade jurídica. |
| DIREITO PENAL E O CONSUMIDOR | Teoria do crime: fato típico/ilícito e culpável. <i>Iter criminis</i> : tentativa e consumação de crimes. Introdução aos crimes contra a relação de consumo e a Lei n. 8.078/1990. Crimes contra a ordem tributária – Lei n. 8.137/1990. |
| SUPERENDIVIDAMENTO | Atualização do Código de Defesa do Consumidor. Lei n. 14.181/2021. Novos princípios da Política Nacional das Relações de Consumo. Novos instrumentos para execução da Política Nacional das Relações de Consumo. Novos direitos básicos do consumidor. Definição de superendividamento. Tipos. Mínimo existencial. Regulamentação. Diretrizes para fornecimento de crédito e venda a prazo. Prevenção e tratamento. Conciliação no superendividamento. Processo de repactuação de dívidas. Plano de pagamento. Plano judicial compulsório. |
| DIREITO INTERNACIONAL E CONSUMO | Introdução ao Direito Internacional do Consumo: conceitos, princípios e fontes de regulamentação. Convenções e tratados internacionais sobre a matéria. Comércio internacional e o consumo. Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização das Nações Unidas (ONU). Regulação do comércio eletrônico. A responsabilidade civil no Direito Internacional do Consumo. Resolução de conflitos no Direito Internacional do Consumo. |
| TÓPICOS GERAIS EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL | Petição inicial. Pedido. Audiência de conciliação/mediação. Tutelas provisórias. Resposta e réplica. Audiência de instrução. Recursos ordinários para os tribunais. Liquidação e cumprimento de sentença. Execução. Embargos de terceiro e embargos de devedor. Atos processuais eletrônicos. Processo eletrônico. |
| ABUSO DO DIREITO CONSUMERISTA E AS LIMITAÇÕES DE PUBLICIDADE E MARKETING | A publicidade: aspectos gerais. A psicologia e as técnicas de persuasão. O estímulo para o consumo; duas técnicas de vendas. O Código de Defesa e Proteção ao Consumidor: a sua origem nos direitos fundamentais; dos direitos básicos dos consumidores; a relação jurídica de consumo; a publicidade no Código de Direito do Consumidor; a vulnerabilidade do consumidor. A publicidade nociva; publicidade nociva na Lei n. 8.078/1990; publicidade abusiva; publicidade enganosa. Responsabilidade civil na publicidade; noções gerais da responsabilidade jurídica civil; a publicidade atual na ótica da responsabilidade civil; dano moral decorrente de publicidade nociva. |
| TÓPICOS GERAIS EM AÇÕES CONSTITUCIONAIS COLETIVAS | A tutela coletiva de direitos no sistema processual brasileiro. Fundamentos e princípios constitucionais do processo coletivo. Ações constitucionais coletivas típicas: ação civil pública. Ação popular. Mandado de segurança – individual e coletivo. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais. |

| | |
|--|--|
| <p>BANCO DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES, LGPD E COMPLIANCE CONSUMERISTA</p> | <p>Definição de <i>compliance</i>, tipos programas de integridade e compliance consumerista. Pilares dos programas de integridade/<i>compliance</i>. Finalidade dos programas de <i>compliance</i>. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e Lei Anticorrupção. Aplicabilidade da LGPD. Princípios e conceitos da LGPD. Requisitos de tratamento de dados pessoais. Hipóteses de tratamento de dados pessoais, dados pessoais sensíveis, de crianças e adolescentes e término do tratamento dos dados pessoais. Dos direitos do titular de dados e tratamento de dados pessoais pelo poder público. Da transferência internacional de dados. Dos agentes de tratamento: controlador, operador, encarregado de dados. Responsabilidade e ressarcimento. Conciliação direta. Da segurança e boas práticas. Autoridade Nacional de Proteção de Dados e Conselho Nacional de Proteção de Dados. Bancos de dados e cadastro de consumidores.</p> |
| <p>ARBITRAGEM (ASPECTOS PROCESSUAIS)</p> | <p>Processo e os métodos alternativos de solução de disputas. Natureza jurídica da arbitragem. O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional e a arbitragem no ordenamento jurídico brasileiro. Fundamentos da arbitragem: as partes na arbitragem, o objeto de arbitragem, árbitros (funções, poderes e deveres). Instituição da arbitragem: procedimento arbitral. Sentença arbitral. Hipóteses de intervenção do Poder Judiciário. Cooperação entre o Judiciário e a arbitragem. Ação de nulidade. Execução.</p> |
| <p>CONTRATOS DE PLANO DE SAÚDE E A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR</p> | <p>Saúde suplementar e o papel da ANS. Rol de procedimentos e eventos em saúde estabelecido pela ANS. Aspectos dos contratos de planos de saúde: regimes, princípios, cobertura, deveres, carência, portabilidade, cláusulas restritivas, urgência/emergência. Situações de negativas de cobertura pelos planos de saúde.</p> |
| <p>CONTRATOS DE TRANSPORTES, TELEFONIA, INTERNET E TV A CABO</p> | <p>Relação jurídica de consumo. Elemento subjetivo. Elemento objetivo. Teoria do diálogo das fontes. Teoria dos contratos e princípios correlatos. Serviço público e Código de Defesa do Consumidor. Transporte público e CDC. Acidente de consumo e vício de consumo no uso de transporte público. Aplicação prática do CDC no transporte público. Consumidor: teoria geral e considerações iniciais. Consumidor e telefonia: casos práticos e análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Consumidor e Lei do Marco Civil da Internet. Casos práticos e desdobramentos quanto à responsabilidade. Consumidor e TV a cabo. Casos práticos. Responsabilidade por publicidade e propaganda.</p> |
| <p>CONSUMIDOR E A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MÉDICOS E ODONTÓLOGOS</p> | <p>A relação de consumo entre médico e paciente e dentista e paciente. O quantum indenizatório. A responsabilidade civil do cirurgião plástico. Falha na prestação do serviço odontológico direito à informação e à inversão do ônus da prova.</p> |
| <p>O DESVIO PRODUTIVO E O CONSUMIDOR</p> | <p>O desvio produtivo e o consumidor: definições. Dano existencial. Dano temporal. Tempo vital. Características. Dano moral. Autonomia. Aplicação da teoria do desvio produtivo do consumidor pelos tribunais. Questão jurídica afetada pelo Superior Tribunal de Justiça. Recurso repetitivo.</p> |

FAQ DO CURSO

O curso de pós-graduação em Direito do Consumidor é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de pós-graduação em Direito do Consumidor é um curso *lato sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 6 de abril de 2018.

O curso de pós-graduação em Direito do Consumidor é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria Acadêmica Virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, tablet, TV, celular.

Download de materiais para estudo offline. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos off.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



INGRESSO

A pós-graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua pós-graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!



Você a poucos



passos de muitos

futuros

gran.com.br

